

# A FAMÍLIA MOURA FÉ NO PIAUÍ

Iracilde Maria de Moura Fé Lima

*Pena é a gente não poder  
escrever memórias até o fim.  
É sempre uma autobiografia incompleta,  
cujos últimos capítulos se perdem,  
no silêncio entre a vida e a morte.*

*João Nonon Moura Fontes Ibiapina*

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a família vêm se tornando, cada vez mais, uma importante fonte para buscar, além do entendimento da história de vidas que se entrelaçam, em tempos distantes e em tempos recentes, traços da cultura de uma sociedade, de modos de vida de um povo.

As pesquisas genealógicas, muitas vezes, dão grandes contribuições para a reconstituição de muitos hiatos ou etapas da história das sociedades, uma vez que o manuseio de documentos considerados particulares, associados geralmente a fragmentos de memórias, permitem localizar fatos e detalhes da participação dos seus personagens em eventos de significação social, implicando assim desdobramentos que afetam a vida das comunidades e dos lugares onde viveram tais personagens. Outras vezes são identificados fatos interessantes e até pitorescos, ou ainda dramáticos, no desenrolar das histórias familiares, que explicam as origens de nomes de lugares ou de acontecimentos sociais. Desta forma, a busca das raízes familiares torna-se importante não só por estarem na base da formação social, política e econômica de uma região, de um país, mas também por estarem ligadas aos sentimentos das pessoas, por aproxima-las das lembranças dos que a elas são mais caros. A memória é, portanto, ao mesmo tempo, particular e coletiva, fazendo com que o passado continue no presente e faça parte do futuro, tanto dos indivíduos, como da sociedade.

Foi a partir da perspectiva da história familiar que se pretendeu situar este estudo sobre a formação da rede familiar dos Moura Fé no Estado do Piauí, iniciando a pesquisa pela investigação da origem do nome *Moura*, uma vez que permanece, acompanhado ou não do “Fé”, como sobrenome da quase totalidade dos descendentes identificados nessa rede familiar até os dias atuais, mesmo após diversos entrelaçamentos com muitas outras redes familiares. Esta pesquisa gerou um livro publicado em 2005, intitulado *De Moura aos Moura Fé: resgate de uma trajetória*.<sup>1</sup>

Identificou-se o nome *Moura* como derivação de *mouros*, do termo latino *mauri*, usado pelos romanos para designar os habitantes da região Nordeste da antiga Mauritània, hoje Marrocos, povos que dominaram a península Ibérica entre os séculos VIII e XV. Estudando o contexto da formação de Portugal enquanto país, localizou-se a origem do nome Moura tanto como sobrenome adotado em homenagem ao heroísmo de cristãos portugueses, durante uma das batalhas da *guerra santa*, como nomeando uma cidade, localizada no Sudeste de Portugal. Esta cidade recebeu o nome de Vila de Moura, antes chamada de Arucitana, em homenagem ao povo mouro, na pessoa de uma princesa moura de nome Salúquia (filha do alcaide que governava a Vila), derrotado no ano de 1.166 depois de Cristo<sup>2</sup>. Fé, a segunda parte do sobrenome, entretanto, não teve a sua origem identificada na literatura. Assim, foi considerado nesta pesquisa como estando relacionada à necessidade de reafirmação, durante a vigência da inquisição, de que o Moura seria um sobrenome de cristãos, portanto um Moura Fé como um “Moura de fé” cristão, e não um Moura por ter origem mulçumana<sup>3</sup>.

Em seguida procurou-se identificar as correntes de povoamento do Nordeste, desde a vinda dos primeiros governadores para o Brasil Colônia, para localizar personalidades com o sobrenome Moura e/ou Moura Fé. Nesta tarefa foi importante a documentação identificada, seja em livros de pesquisa histórica e de identificação de sesmarias, seja em correspondência oficial como as cartas dos governadores ao El-Rei (a propósito da administração do espaço piauiense, enquanto freguesia e enquanto território), e ofícios das autoridades municipais aos presidentes da Província piauiense, localizados nos Arquivos Públicos do Pará e do Piauí.

No que tange à identificação do primeiro representante da família a chegar em terras piauienses, Leonardo de Moura Fé, importantes pistas foram dadas por membros desta família, que já haviam levantado algumas informações genealógicas, com base na memória de

peessoas idosas, situando o tempo aproximado de sua chegada e a missão que aqui teria vindo cumprir, na década de 1750<sup>4</sup>. A identificação do enlace matrimonial desse português em terras piauienses, com Maria Borges Leal, descendeste de um dos pioneiros do povoamento da região de Picos-PI (então freguesia de Oeiras), o português Antônio Borges Marinho, bem como da existência de oito filhos e de muitos descendentes, tornou-se possível através da documentação da igreja católica (livros de batizados e casamento do período entre 1760 e 1899), complementada com a documentação referente às Atas de pleitos eleitorais e correspondências oficiais das Vilas dos Picos e municípios circunvizinhos, localizadas no Arquivo Público do Piauí - Casa Anísio Brito.

Esta rede familiar conservou o sobrenome paterno Moura Fé ou somente o Moura, para os descendentes masculinos, enquanto para os descendentes femininos adotou predominantemente o sobrenome da linhagem materna ou de invocação religiosa (Maria de Jesus, da Conceição...), passando a constituir, paralelamente aos Borges Leal, mais uma das grandes famílias da sociedade piauiense colonial, na região de Picos-PI.

Muitos ramos descendentes diretos desse casal-tronco não puderam ser identificados, tanto pela dificuldade de localizar os documentos a eles relativos, como também pelo fato de que alguns mantiveram apenas o sobrenome Borges Leal ou outros, que, em menor escala, conservaram apenas o sobrenome da linhagem materna, omitindo o sobrenome Moura ou Moura Fé.

É possível que o registro do matrimônio de Leonardo e Maria, que deve ter ocorrido entre o final da década de 1750 e início de 60, esteja num dos livros de anos anteriores a 1767, que certamente se encontra na Diocese de Oeiras/Floriano. No entanto, como esses livros estão em precário estado de conservação (vários deles com todas as folhas soltas e despedaçadas), é necessário que sejam recuperados por especialistas, antes de serem consultados. Mas, ainda que não se tenha folheado todos os livros que permitem algum manuseio, referentes à segunda metade do século XVIII e início do século XIX, encontraram-se vários registros de nascimento e casamento de filhos e netos de Leonardo de Moura Fé (primeira e segunda gerações dos Moura Fé x Borges Leal), permitindo localizar alguns “elos de ligação” entre as primeiras e as gerações mais recentes dessa grande rede familiar. Essas informações mais recentes foram localizadas por meio de entrevistas a pessoas dos vários ramos familiares identificados na pesquisa, bem como junto a outras pessoas idosas da região.

Nas publicações de levantamentos histórico-geográficos e histórico-biográficos que identificam lugares, eventos e “personalidades de todos os tempos”, buscaram-se dados sobre a evolução e a organização da sociedade nordestina, procurando localizar personalidades de sobrenome Moura, associados (ou não) a outros, como pistas para a identificação de entrelaçamentos familiares mais remotos. Entre eles destacam-se o livro *Nobiliarchia Pernambucana*, de Fonseca (Recife, 1935), constante do acervo microfilmado da Igreja dos Mormons de Teresina-PI, que identifica grande parte da descendência das primeiras famílias chegadas à região Nordeste do Brasil; o Dicionário das famílias brasileiras; a Enciclopédia luso-brasileira de cultura; a obra de Capistrano de Abreu, bem como o acervo da Biblioteca do Grêmio Literário Português de Belém e os Arquivos Públicos do Pará e do Piauí. Em São Luís visitou-se apenas a Academia Maranhense de Letras, no entanto, é possível que uma consulta ao Arquivo Público do Maranhão seja valiosa para esta tarefa. Especificamente sobre o Piauí e piauienses dos primeiros tempos do povoamento, muitas referências foram encontradas em obras dos historiadores, escritores e genealogistas piauienses.

A documentação da Capitania do Piauí (1684-1828), levantada pelo Projeto Resgate (Ministério da Cultura/Arquivo Ultramarino Lisboa-Portugal/ Sociedade Goiana de Cultura/Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil-Central), entregue ao Piauí em 2003 pelo Pe. José Pereira de Maria, recupera muito da história do Piauí, embora, certamente, não contemple muitos documentos sobre o Piauí que existem em arquivos do Brasil, como o Arquivo Público do Piauí, do Pará, do Maranhão e o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, muitos deles ainda por serem catalogados e conhecidos. Dentre esses documentos localizados pelo Projeto Resgate, os de maior interesse para este trabalho referem-se às correspondências dos governadores e os Decretos Reais relativos às questões de concessão, redefinição e posses de sesmarias.

No Piauí, as referências mais antigas ao sobrenome Moura foram encontradas, nesta pesquisa, em duas fontes. A primeira refere-se ao Testamento de Domingos Afonso Mafrense (datado de 12.05.1711), um dos colonizadores pioneiros detentor de muitas léguas de terras, que perfaziam a maior área de terras doadas no sistema de sesmarias no Piauí. Nesse testamento ele declara ter em sua companhia, entre outras, a “menina Ana Maria, filha de Apolinária de Moura (...) e para esta tal menina deixo quatro mil cruzados para seu dote...”. Continuando, ao citar suas dívidas ativas de dezesseis mil cruzados, aponta, entre seus

credores, o nome de Cosme Rolim de Moura (sem citar o lugar de sua residência), ao qual devia o valor de 100\$ réis.

A segunda referência encontrada ao nome Moura no Piauí, corresponde às citações de concessão das Sesmarias, sob registros 316 e 317 do Livro 7, em 10.10.1735, a Antônio da Silva Moura, do Sítio Flores, Rio Parnayba (p.180) e do Sítio S. Joseph, R. Parnayba (p.181 v.), identificadas no levantamento das “Sesmarias Piauienses” constante do vol. III dos “Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará”, em Belém, publicado pelo historiador Arthur Vianna, em 1904. Consta também no Livro de Índices de Sesmarias Registradas na Junta da Real Fazenda, de 1789 a 1809, que se encontra no Arquivo Público do Piauí, em Teresina-PI.

Situado o contexto em que se formou o território piauiense, buscou-se identificar as informações específicas sobre o casal-tronco e seus descendentes, procurando organizar a rede familiar dos Moura Fé, bem como alguns aspectos dos lugares em que viveram as suas primeiras gerações. As entrevistas a parentes e amigos foram de fundamental importância para a localização das gerações do século XX e o enriquecimento do texto com fotos de época. Assim é que nos 250 anos de sua história, foram identificadas muitas famílias descendentes do casal-tronco Leonardo de Moura Fé e Maria Borges Leal e seus desdobramentos através do entrelaçamento com outras famílias, e entre elas próprias, formando uma grande rede que chega hoje até a décima primeira geração.

Dentre os oito ramos identificados neste trabalho (filhos de Leonardo e Maria), o que apresenta um maior número de famílias identificadas na pesquisa conservou o sobrenome Moura Fé e permaneceu por muitas gerações na região de origem, Picos-PI. Esta região pertencia à Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cuja sede se localizava em Oeiras-PI, e atualmente encontra-se desmembrada em vários municípios como: Picos, Bocaina, Sussuapara, Francisco Santos, Pio IX, D. Expedito Lopes e, entre outros, Simplício Mendes.

Dentre os ramos que permaneceram apenas com o sobrenome Moura, ou associado a outros, alguns permaneceram na região de Picos e outros migraram para a região de Valença do Piauí, a partir dos entrelaçamentos com famílias daquela região, ainda no século XIX. Com o desmembramento deste município em outros, os Moura de Valença ficaram concentrados em maior proporção nos municípios de São Félix e Elesbão Veloso, lugares onde se encontra a maioria das fazendas de seus antepassados.

Certamente, são grandes e muitos os hiatos de tempo nesta pesquisa. No entanto, conseguiu-se resgatar quase cinco mil atores, pertencentes a sete ramos dessa rede familiar, cuja origem se encontra no período inicial da colonização piauiense, nos idos de 1760, século em que muitas das primeiras famílias de que se tem notícia chegaram e se incorporaram a essa terra e à sociedade que aqui estava se formando.

## **O PRIMEIRO MOURA FÉ A CHEGAR AO PIAUÍ**

Com relação à chegada do sobrenome Moura Fé ao Piauí, as referências orais (memória de familiares) citam a vinda dos irmãos portugueses Leonardo e Lourenço de Moura Fé à então Capitania do Piauí, na década de 1750. Lourenço teria voltado para a Bahia e Leonardo de Moura Fé, um oficial do registro de terras, teria aqui se fixado, casando-se com Maria, filha de Félix Borges Leal<sup>4</sup>, um dos fazendeiros de origem portuguesa que se estabeleceu na região da Vila da Mocha – que mais tarde formaria os municípios de Picos, Bocaina, Sussuapara e outros<sup>5</sup>. Leonardo Moura Fé e Maria Borges Leal teriam dado início, assim, à formação de uma grande rede familiar piauiense.

Entretanto, com base na pesquisa efetuada, ao contrário do que se pensava até então, levantou-se a hipótese de que Leonardo não veio por Pernambuco ou Bahia com alguns sesmeiros, mas foi um dos portugueses que chegou ao Piauí em 1755, vindo por Belém do Pará ou por São Luís do Maranhão, como membro integrante da Comissão nomeada pelo rei de Portugal, pois, segundo a documentação, essa comissão veio com a missão de rever a demarcação das sesmarias e resolver os conflitos de posse e de uso das terras piauienses<sup>6</sup>. Tal hipótese considera os seguintes dados:

- Na primeira metade do século XVIII, as desavenças entre os Governos do Maranhão, Pernambuco e Bahia, com relação à disputa pela administração das terras piauienses, de certa forma passaram a estimular uma série de lutas (em alguns momentos sangrentas) entre os que não tinham sesmarias e passavam a trabalhar na terra (como posseiros ou sitiantes), e os proprietários de terras que tinham a posse legal das sesmarias. Sobre essa questão, o governo maranhense alegava ao rei de Portugal que, além das sesmarias terem grande extensão territorial, muitos baianos e pernambucanos não cuidavam diretamente de suas terras (nelas não residindo e entregando-as aos cuidados dos vaqueiros), devendo os direitos de posse

dessas terras passarem para quem nelas trabalhasse. Esses relatos podem ser encontrados nas correspondências dos Governadores das Capitanias para El-Rei de Portugal, quando o Maranhão reclamava para si a administração do Piauí (localizadas correspondências dos Governadores ao rei de Portugal a partir de 1701);

- A função que Leonardo de Moura Fé teria vindo exercer no Piauí, em 1755, a de “oficial de registro de terras” (segundo a memória da família), corresponde a um cargo público, portanto, defendendo os interesses do rei de Portugal. Essa data, guardada nas lembranças da família, serviu de ponto de partida para a busca dos dados desta pesquisa. Assim, foi localizada a documentação que permite contextualizar as questões de terras e as ações oficiais, comprovando a vinda de uma comissão nomeada pelo monarca português para esse fim, detalhada no item seguinte. É por isto que se considera, neste trabalho, que a vinda de Leonardo teve objetivos diferentes da vinda dos sesmeiros;

- A nomeação pelo rei de Portugal de uma Comissão formada por portugueses, presidida pelo então Ouvidor da Capitania do Pará, João da Cruz Diniz Pinheiro, que chegou ao Piauí em 1755, com amplos poderes e acompanhada de um hábil engenheiro, para dar cumprimento aos Decretos de El-Rei datados de 11 e 23 de abril e de 02 de agosto de 1753 “é coincidente” com o motivo e a época da vinda de Leonardo de Moura Fé ao Piauí. Esses Decretos Reais determinavam “não só syndicar os factos anteriores, como prover a Capitania de remédios e proceder à demarcação que limitava a área das terras das sesmarias (que futuramente formariam o estado do Piauí...), em três léguas de terras para cada sesmaria que se desse no Piauí (acompanhando o rio) por uma légua de largura” (Arquivos Públicos do Pará e do Piauí). Também mandavam “cassar, anular e abolir todas as Datas, Ordens e Sentenças dadas sobre negócios de terras, em que estavam envolvidos os antigos e os novos povoadores da Comarca do Piauí”, com o propósito de acabar com os citados conflitos de posse e uso das terras que seriam mais tarde piauienses. O primeiro ato dessa Comissão foi a destituição do então Ouvidor da Mocha, José Marques da Fonseca Castelo Branco e a sua substituição pelo bacharel Cypriano da Silva Lobo. É importante destacar que esses conflitos passaram para a história do Piauí como “lutas entre posseiros e sesmeiros”, que duraram mais de meio século;

- Na década de 1750, o Maranhão é que detinha o controle político-administrativo sobre as terras piauienses e não mais Pernambuco (a disputa citada pela administração do Piauí, por parte do governo maranhense incluía a tentativa de anular as primeiras grandes sesmarias dos

fazendeiros pioneiros das regiões centro e sul do Piauí, concedidas pelos governos de Pernambuco e Bahia, a partir dos anos de 1670). Acrescente-se o fato de que as demarcações de sesmarias só podiam ser feitas pelos ouvidores gerais e, também, que apesar de criada a Capitania do Piauí em 1717, o primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas, que aqui chegou em 1758, mais de 40 anos após a sua criação, era filho do governador do Maranhão e sobrinho do Marquês de Pombal. Deve-se considerar, ainda, o interesse de Portugal em conservar a unidade das Capitanias do Norte, para seu melhor controle, pois nesse período o Brasil estava dividido em dois: o Estado do Maranhão e Grão Pará, com a sede do governo em São Luís (Estado este formado pelas Capitanias do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Rio Negro) e Estado do Brasil, cuja capital era Salvador.

### **PARTICIPAÇÃO DOS MOURA FÈ NA VIDA DOS LUGARES ONDE MORAVAM**

Apesar da identificação de poucos documentos sobre o patrimônio das famílias envolvidas nos grupos de parentesco, pois não foi realizada uma busca específica desses documentos, observou-se que as primeiras gerações dos Moura Fé estiveram muito ligados à terra, desenvolvendo atividades de pecuária e agricultura. Relatos orais informam que alguns comercializavam esses produtos em regiões piauienses, como também deslocavam “tropas e comboios” com cargas e gado-em-pé para vendê-los nos estados do Maranhão e do Ceará, principalmente. Alguns deles ficaram tão conhecidos nesses lugares por onde andavam, que eram até homenageados, como Salustiano José de Moura (ramo do 2º filho de Leonardo e Maria), que passou a ser nome de rua na cidade de Cedro-Ceará. É interessante destacar que os municípios piauienses mantinham uma ligação de comércio muito ativa com a região de Crateús (que deixou de pertencer ao território do Piauí e passou para o Ceará no final do século XIX), sendo ainda hoje possível identificar os caminhos do gado levado em comboio, que saíam da região de Oeiras e de Valença passando por Marvão, em direção a Crateús. Para a região maranhense e paraense o gado era levado até Amarante ou Floriano para atravessar o rio Parnaíba ou seguir em vapores até o Porto de Amarração (hoje Parnaíba-PI). Essas formas de vendas de gado se mantiveram por todo o século XIX e os homens encarregados de tocar o gado a cavalo eram chamados de *tangerinos*.

Podemos considerar que muitos dos senhores desta rede familiar eram pessoas de



posses, uma vez que tinham terras e escravos, bens esses que, na época, representavam elevado valor econômico. As citações de escravos e de seus respectivos proprietários, entre eles vários da família Moura, foram localizadas em registros de batizados dos filhos das escravas (Freguesias de N. Senhora do Ó de Valença e de N.S. da Victória de Oeiras) e em listas do Fundo de Emancipação de Escravos da Villa dos Picos (Arquivo Público do Piauí). É possível observar, também, que muitos ramos formados pelos descendentes daquele tronco original ainda hoje mantêm um número significativo de propriedades rurais (ou de parte delas) herdadas das gerações iniciais, nas regiões picoense e valenciana. Outros continuam a desenvolver essa atividade adquirindo terras em regiões para onde se mudaram, como Simplício Mendes, Campinas do Piauí, Prata do Piauí, Palmeira do Piauí, Teresina e outras.

Foram localizados também alguns dados do século XIX relativos à ordem social e política, que identificam pessoas de várias gerações dessa rede familiar, no exercício de cargos e funções, como as de Juiz de Paz, Delegado, Presidentes e Membros de Conselhos Municipais, de Comissões Eleitorais e de Socorro às Vítimas de Enchentes. Já no século XX, várias gerações continuaram e continuam até os dias atuais, a cultivar o gosto pela participação na vida pública, assumindo cargos eletivos, chegando até a liderar ou contribuir com ações que levaram à emancipação de alguns povoados e conseqüente criação de novos municípios. Nesses novos municípios assumiram cargos de primeiros prefeitos, como, por exemplo: Manoel Norberto de Moura (Neno) - Palmeira do Piauí; Amando José de Moura - Elesbão Veloso; José Vicente de Moura – Canto do Buriti; e Raimundo Moura – Campinas do Piauí, dentre outros.

Pôde-se observar também o interesse da mulher desta família pela vida política, seja na participação direta, assumindo cargos eletivos municipais (prefeita, vereadora), seja indiretamente, nas lutas de conquista de direitos femininos. O título de eleitor que é transcrito em anexo (Fig.1) testemunha um momento histórico dessa participação, mesmo com o relativo isolamento geográfico e as dificuldades de comunicações do lugar, que ainda persistiam na primeira metade do século XX.

É interessante destacar que foram identificadas (século XIX) Juntas de Qualificação que tinham a função de formar “as listas dos cidadãos aptos a votarem” e também daqueles “aptos a serem votados”, para o cargo de Juiz de Paz e para cargos político-administrativos em nível local. Para os cargos de Deputados Provinciais identificaram-se nas relações de

votantes e votados das atas de eleições já citadas que os candidatos tinham pouco ou nenhum contato com a realidade local, pois eram sempre “filhos ilustres” de piauienses que saíram cedo para estudar no Rio de Janeiro, Salvador, Recife ou na Europa e ao voltarem passavam a morar nos grandes centros brasileiros.

Partindo da idéia de que as pessoas citadas nessas “Actas de Instalação de Mesas Parochiais” e nas relações de nomes a elas anexadas representassem a população em termos de participação local, considerou-se então como amostragem dessa participação os dados das três atas a seguir identificadas. Estes dados até poderiam abranger um maior número de anos, porém foi somente depois de ter manuseado várias relações nominais e ter verificado que existia uma elevada freqüência da citação de pessoas com sobrenome Moura Fé, é que ocorreu a idéia de se organizar uma estatística para melhor avaliar a presença/participação dessa família na vida político-administrativa da região. Sobre a família Moura Fé identificaram-se os seguintes dados nas relações anexas às Atas de Reuniões da Junta de Qualificação de Eleitores, realizadas na matriz da Povoação dos Picos:

- A Ata datada de 15.01.1854, conforme o Art. 1º, Cap. 1º da Lei de 19.08.1845, registrou 86 eleitores aptos a votarem e a serem votados, dos quais, 17 tinham o sobrenome Moura Fé, correspondendo a cerca de 20% do total de eleitores dessa eleição;
- A Ata datada de 01.15.1864 registrou 117 sobrenomes Moura Fé, Borges de Moura e Moura Leal (todos identificados como filhos de Moura Fé), correspondendo a cerca de 17 % do total de eleitores aptos a votarem nessa eleição;
- A Ata datada de 18.01.1874 (Lei 387, Art.30, de 19.08.1846) listou 1.410 eleitores. Destes, 304 estavam aptos a serem votados, sendo que 32 eram pessoas da família Moura Fé, correspondendo a quase 14% do total das 304 pessoas elegíveis.

Essas atas e listas a elas anexas continham muitos dados sobre os eleitores da época, como idade, filiação, profissão, renda declarada, nome do lugar de residência (Vila, sítio, fazenda) e se sabiam ler e escrever, o que possibilitou montarem-se várias redes de gerações e formar-se um perfil geral dos membros dessa rede familiar desses períodos. Pôde-se observar, por exemplo, que era freqüente a citação de eleitores dessa família com 60, 70 e até 80 anos, o que indica a longevidade como um traço familiar, num tempo em que a expectativa de vida era menor que 50 anos de idade. Convém lembrar que, pelas leis eleitorais da época, só estavam aptos a votar “pessoas idôneas”, sendo que, para serem assim consideradas,

necessariamente teriam que ter uma renda mínima anual e deviam saber ler e escrever. Observamos também que, nas relações de identificação de eleitores localizadas, não encontramos nenhum cidadão com renda declarada abaixo de 200\$000 réis, valor este declarado pela grande maioria dos votantes. Poucos tinham renda declarada de 400\$000 ou 600\$000 réis e era rara a referência de renda declarada com o valor de 1.000\$000. Na listagem da eleição de 1860, por exemplo, das 196 pessoas aptas a serem votadas, 182 pessoas tinham renda declarada de 200\$000 réis, 09 tinham 400\$000 réis, 04 tinham 600\$000 réis e apenas 2 pessoas declararam ter renda de 1.000\$000 réis.

Essas listas de pessoas aptas a votarem durante o século XIX (localizadas nesta pesquisa) indicam que praticamente todas as pessoas citadas nesses documentos sabiam ler e escrever (foram encontradas raras exceções), apesar das dificuldades, da época, de acesso à educação<sup>7</sup>. Com relação à família Moura Fé, somente a partir do início do século XX, é que se tem notícia de que membros dessa rede familiar começaram a freqüentar cursos de nível superior na Bahia e no Rio de Janeiro, principalmente nas áreas de Medicina, Farmácia, Agronomia e Direito. A principal renda das famílias que custeavam esses estudos advinham das exportações de maniçoba (início do séc. XX) e da cera de carnaúba até o final da primeira metade do séc.XX, produtos esses já em maior expressão que do gado na economia piauiense, a partir do final do séc.XIX.

Destaque especial pode ser feito à contribuição do primeiro farmacêutico da região, o Dr. José de Moura Fé (conhecido por Dr. Deca), que se formou em 1911 em Salvador-BA (foto 1). Incansavelmente, atendeu a população do município de Simplício Mendes-PI e vizinhos, à época muito carentes de serviços de saúde e de medicamentos. Com a chegada do primeiro médico de nessa região, o Dr. Isaías Coelho, em 1914, o seu atendimento farmacêutico, de certa forma, foi ampliado, pois intensificou a fabricação de alguns medicamentos, muito utilizados no período, preparados e vendidos em sua farmácia e no laboratório de manipulação que montou logo após sua formatura. Dentre eles, alguns ainda hoje se encontram no mercado regional, como o *Quinado Moura Fé* e o *Xarope Moura Fé*. Depois da morte do Dr. Deca, a patente desses medicamentos foi transferida para o Laboratório Coelho (responsável técnico: Farmacêutico Químico Abílio Cavalcante Coelho) conservando, porém, os nomes originais “Moura Fé”,

Foi a partir da segunda metade do século XX, que a maioria dos descendentes de todos

os ramos passaram a freqüentar cursos superiores em todas as áreas do conhecimento, tendo muitos assumido posições de destaque tanto nas letras, nas artes, nas ciências médicas e jurídicas, como na engenharia, agronomia e no magistério. Vale destacar o dom especial para as letras, pois, em muitas gerações dessa rede familiar, desde os tempos remotos, encontram-se referências a repentistas, músicos, poetas e escritores, como o renomado escritor João Nonon Moura Fontes Ibiapina (descendente do 3º filho de Leonardo e Maria). Outros ramos, com muita dignidade, continuaram a tradição familiar de cultivar diretamente a terra herdada dos antepassados, nela permanecendo até hoje muitos de seus descendentes.

Observamos também que pessoas de alguns ramos, desde os tempos mais remotos, militam na área política, tendo, até os dias atuais, expressiva participação na vida comunitária, ocupando cargos de Deputado e de Prefeito, de Vice-prefeito e de Vereador, principalmente nos municípios originários das regiões valenciana, picoense e simpliciomendense, dentre outros, e ainda de municípios maranhense (Garapé Grande) e cearense (Crateús).

Além de participar ativamente da vida comunitária do lugar onde viveram (e ainda vivem), os membros dessa grande rede familiar demonstraram (e continuam a demonstrar) que mantêm um caráter ordeiro, uma vez que não foi encontrado nenhum registro policial dos antepassados na documentação do século XIX examinada (e nela existem muitas referências policiais). Também não encontramos notícias de envolvimento das gerações mais recentes em questões de desordem social ou em crimes. Pode servir de testemunho de tal afirmação (até certo ponto), além da tradição religiosa e da educação familiar rígida em relação aos valores morais, o fato de que desde os tempos remotos até hoje, membros dessa família exerceram/exercem cargos e funções voltadas à busca da ordem e da justiça social, como o de militares que participaram como voluntários da Guerra do Paraguai, na década de 1860 (Fig.2) e de Advogados, Delegados, Juiz de Paz, Juiz Federal e Juiz de Direito, Promotores e, mais recentemente, o de Desembargador.

Esses dados amostrais de população ativa que participava da vida político-econômico-social da Vila ou município dos Picos, somados aos dados de grandes posses de terras, gado e escravos, levam a concluir-se que os Moura Fé realmente constituíam uma rede familiar com grande representação/participação na vida da região e que mantinham forte relação com a terra e, portanto, pertencentes à elite ruralista da época.

## O POVOAMENTO DO PIAUÍ: Alguns Apontamentos

A colonização do Brasil pela Coroa Portuguesa foi iniciada pela área litorânea, com as atividades de produção do açúcar e de exploração do pau-brasil, voltadas para a exportação. As terras eram concedidas através do sistema de *sesmarias*, a nobres portugueses ou a parentes e amigos da corte que se aventurassem a vir como desbravadores, principalmente em busca de fortunas.

Durante todo o século XVI e primeira metade do século XVII, a ocupação das “novas” terras brasileiras se dava apenas na faixa litorânea, sendo que o espaço que formaria o estado do Piauí estava povoado de índios e se constituía numa “área de passagem” das expedições que se deslocavam entre a Bahia, Pernambuco e o Maranhão. Esses deslocamentos se faziam principalmente pelo litoral e pelo boqueirão da Serra da Ibiapaba, em caravanas formadas ora por jesuítas, ora por outros viajantes que tinham como principal objetivo encontrar minérios e caçar índios, para escravizá-los ou vendê-los na região dos engenhos<sup>8</sup>.

Mais tarde, com a redução dos lucros do açúcar e a intensificação da busca de minerais preciosos, o processo de colonização passou a se estender também pelo interior da região Nordeste - espaço do “sertão de dentro” ou “sertão dos rodela” (como era chamado o espaço onde viviam índios tapuias). A conquista dessas terras era organizada por grupos de particulares que, estimulados pela Coroa Portuguesa, eram liderados, ora por grupos familiares, ora por “mestres de campo” chamados de bandeirantes, contratados com o fim específico de caça ao índio e procura de minerais preciosos, tendo como recompensa principalmente patentes militares e muitas terras, conforme identificam vários estudiosos.

Dentre os primeiros desbravadores que formaram um grande patrimônio de terras e poder político no Nordeste, destacam-se as famílias Guedes de Brito e Dias D’Ávila. A primeira, desbravando e se apossando da faixa da margem direita do rio São Francisco (do rio em direção ao Sul da Bahia), ficou conhecida como possuidora do domínio da “Casa da Ponte”. A segunda família, a de Garcia Dias d’Ávila, foi se apoderando de uma grande faixa de terras, que começava na margem esquerda do rio São Francisco e continuava para o Norte, tendo na “Casa da Torre” uma fortaleza bem guarnecida como sede do seu domínio e símbolo de seu poder. As ruínas dessa casa foram recuperadas, para mantê-la como um patrimônio histórico-cultural do Nordeste e abri-la à visitação pública. No bojo desse processo de

colonização do Nordeste brasileiro, a partir da segunda metade do século XVII se iniciava a ocupação dos vales dos rios piauienses, através da concessão das primeiras sesmarias a portugueses e a filhos de portugueses já nascidos no Brasil, principalmente baianos e pernambucanos. Esses pioneiros vieram em várias empreitadas com o apoio da Casa da Torre, instalando fazendas de gado, entre eles o próprio Garcia D'Ávila e seus filhos (o Coronel Francisco Dias D'Ávila e Bernardo Pereira Gago), que penetraram no Piauí pelos rios Parnaíba e Gurguéia, tendo recebido do Governador de Pernambuco a concessão de 52 x 52 léguas de terras em quadro nesses vales, para cada um. Outro grupo de fazendeiros penetrou no Piauí pelos rios Piauí e Canindé, sendo liderado pelo Capitão Domingos Afonso Sertão, conhecido por Mafrense. Este recebeu mais sesmarias que os demais, somando um total de 145 x 71 léguas de terras, que se estendiam do rio Parnaíba às cabeceiras dos rios Canindé e Piauí, tendo nesses vales se instalado com seu irmão Julião Afonso Sertão<sup>9</sup>, enquanto uma grande parte das terras do vale do Poti foram inicialmente destinadas ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Este teria aí se instalado durante 20 anos (há uma controvérsia entre os historiadores sobre a sua presença no Piauí), enquanto as áreas piauienses mais ao norte, desde o vale do rio Longá ao litoral, foram sendo ocupadas durante expedições de famílias maranhenses e por outras famílias vindas diretamente de Portugal, que mantinham estreitas relações com o Maranhão<sup>10</sup>.

E assim, por onde passavam, esses desbravadores/colonizadores instalavam suas fazendas de gado, utilizando um sistema extensivo de criação, deixando nelas apenas os vaqueiros, poucos empregados e escravos e, em alguns lugares, instalaram aldeamentos indígenas. Nesse tipo de ocupação, as primeiras sesmarias eram requisitadas/doadas após o desbravamento e ocupação das terras e, como não eram cercadas, o alcance das terras dos sesmeiros passava a se fazer pela área que o gado alcançava. Este era ferrado e solto, sem nenhum cuidado adicional, tornando-se mais um símbolo da posse de terras e de poder do que propriamente uma atividade econômica, diferentemente de outros sistemas de criação implantados em outras regiões brasileiras.

A primeira freguesia a ser instalada no Piauí foi a de Nossa Senhora da Vitória, depois que o Pe. Carvalho percorreu os vales dos grandes rios piauienses, identificando as fazendas e sítios e a população residente (relatório de 1697). Nesse relatório justificou o desmembramento dessa área da freguesia de N.S. da Conceição do Cabrobó, que tinha sede

no vale do rio São Francisco, providenciando a construção da primeira igrejinha de taipa, à margem do riacho da Mocha, afluente do rio Canindé, em terras de Mafrense (hoje Igreja Matriz da cidade de Oeiras).

As notícias dessa nova área desbravada foi se espalhando como “terras ricas em água e pastos nativos sempre verdes”, atraindo novos povoadores. Estes eram formados tanto por famílias abastadas que traziam gado e escravos e aqui instalavam suas fazendas, como também por pessoas “sem terras” que procuravam trabalho. Estes últimos se fixaram no Piauí como agregados, sitiantes e rendeiros, se dedicando principalmente à agricultura de subsistência, nas áreas não ocupadas com o gado e nas “sobras de terras” entre as sesmarias.

Assim, os fazendeiros passaram a formar a categoria dos proprietários de terras - os “sesmeiros”, e aqueles que não tinham terras passaram a formar a categoria dos “posseiros”. Essas categorias sociais mais tarde se enfrentariam em sérios e prolongados conflitos pela posse das terras, com intrigas que chegavam /envolviam até os ouvidores gerais e os governadores. Estes escreviam ao rei de Portugal, relatando esses conflitos e solicitando “soluções justas” para os proprietários de terras e para os que não tinham os títulos de posse das terras que ocupavam, conforme já comentamos.

Assim é que, na busca de “soluções justas” para os proprietários de terras e também para aqueles que não tinham os títulos de posse das terras que ocupavam, o rei de Portugal, D. José, passou a emitir Decretos regulamentando o tamanho das sesmarias e o direito de posse aos que não tinham o título, mas que trabalhassem na terra. Mesmo com essas medidas, os problemas de ocupação e posse de terras continuaram, pois o Piauí não tinha administração autônoma e, apesar de ter se tornado uma Capitania em 1712, sua instalação só ocorreu em 1718 e a posse de seu primeiro governador, João Pereira Caldas, somente em 1758. Um dos primeiros atos desse governador foi a expulsão dos jesuítas do território piauiense, por ordem do Marquês de Pombal, então Ministro Real. Com este ato, todas as fazendas deixadas em testamento por Mafrense (datado de 1711), como herança para essa congregação religiosa, passaram a ser do Governo e ficando conhecidas como “fazendas nacionais” as quais, somente quase cem anos após, passaram ao controle do estado, sendo chamadas de fazendas estaduais.

Em 1761, o território piauiense passou a se denominar Capitania de São José do Piauí, quando a vila da Mocha tornou-se cidade de Oeiras, sede da capital do Piauí. Também foram

criadas mais seis vilas (municípios, na terminologia atual), onde existiam as freguesias de São João da Parnaíba, Santo Antônio do Surubim (hoje Campo Maior), Marvão (hoje Castelo do Piauí), Valença, Jerumenha e Parnaгуá, todas instaladas no ano seguinte.

Nesse contexto é que a sociedade piauiense começou a se formar, a partir do final do século XVII, tendo como atividade predominante a pecuária extensiva, apoiada na agricultura de subsistência, que davam autonomia produtiva às fazendas. Nesses primeiros séculos, os rebanhos cresciam e o Piauí exportava gado para as regiões do Norte e Nordeste, das Minas Gerais e das Guianas. No entanto, a falta de investimentos na melhoria da qualidade do gado e na infra-estrutura das fazendas e das estradas contribuía para que o gado perdesse valor de venda, pois era tocado a pé pelos longos caminhos, empoeirados no período sem chuvas e cheios de atoleiros no período chuvoso, já chegando magro ao seu destino. Também as fazendas nacionais, que eram um modelo de criação eficiente no tempo dos jesuítas, passaram a ser mal administradas pelo governo estadual e terminaram por ser dilapidadas e descaracterizadas como patrimônio econômico pela ineficiente administração pública <sup>11</sup>.

Esses fatores, aliados, ainda, à presença de levas de retirantes que chegavam ao Piauí vindo de outros estados atingidos pelas grandes secas periódicas, foram castigando duramente essa atividade, que não era complementada por um sistema agrícola eficiente, capaz de dar suporte ao rápido aumento populacional, (principalmente na década de 1870), e, ainda somado ao fato de que o re-povoamento dos rebanhos dessas áreas castigadas pelas secas era feito com o gado do Piauí, reduzindo drasticamente o plantel piauiense. Tudo isto foi fazendo declinar cada vez mais a economia piauiense que, no seu bojo, vinha reduzindo significativamente o papel do rebanho bovino <sup>12</sup>.

Maior alento ao comércio e às comunicações se deu a partir da transferência da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, efetuada pelo então Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, com o objetivo de promover o “progresso” do Piauí, através da intensificação da navegação no rio Parnaíba. Os produtos exportados eram, principalmente, o algodão, o couro e os extrativos vegetais (a borracha da maniçoba, a amêndoa do babaçu e a cera de carnaúba), enquanto o peso das importações era de produtos manufaturados, através do porto de Tutóia (pertencente ao Maranhão e cedido para a navegação piauiense) e do porto de Amarração (antes município de Parnaíba e hoje Luís Correia).

Desta forma, a navegação trouxe um significativo incremento à economia e ao



desenvolvimento das cidades que centralizavam o comércio desses produtos, sobretudo aquelas localizadas à margem do rio Parnaíba, como Uruçuí, Floriano, Amarante, Teresina e Parnaíba. No entanto, a falta de uma política econômico-social, que envolvesse investimentos na infra-estrutura e no apoio à produção agrícola, paralelamente à atividade pecuária, terminou por manter a concentração da terra, inibindo a geração de uma classe média consumidora, reforçando a pobreza rural e estimulando a intensificação da migração para as cidades de maior porte.

Na segunda metade do século XX, apesar da desativação do comércio através da navegação, Teresina passou a atrair cada vez mais um grande contingente populacional, principalmente pela implantação de serviços oriundos das políticas públicas nacionais (estradas, energia elétrica, conjuntos habitacionais, universidade federal, etc), que estimulavam as pessoas/famílias a virem para a capital. Esses fluxos migratórios em direção a Teresina partiam não somente de outros municípios piauienses, mas também do Maranhão, Ceará e Pernambuco, tornando essa Capital um centro regional, que se caracteriza ainda hoje pela qualidade dos serviços prestados principalmente nas áreas de saúde e educação, em relação aos Estados vizinhos como Maranhão, Pará e Tocantins, e, em menor escala, nas atividades comerciais.

## AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS PIAUIENSES

*A partir da década de 1768 ainda buscaram o Piauí alguns casais e muitos jovens portugueses. O fazendeiro exigia nobreza ou ancestral ilustre para conceder sua filha em casamento.*

*Castelo Branco Filho*

As referências mais antigas ao povoamento do Piauí correspondem ao relatório do Padre Miguel de Carvalho, escrito em 1697, após percorrer as terras que formariam este estado, conforme já foi comentado. Nessa viagem visitou 129 fazendas, identificando uma população de 400 homens e 38 mulheres brancos, 27 indígenas e 7 negros.

Ressalte-se que, na maioria dessas fazendas, os habitantes consistiam na figura do vaqueiro (que era o encarregado da sua administração na ausência do proprietário) e de alguns empregados e escravos, pois as famílias dos proprietários geralmente residiam em Salvador-BA ou em Olinda-PE.

Assim, apesar de existirem documentos sobre pedidos de concessão de sesmarias datados da segunda metade do século XVII (dentre eles o da esposa de Domingos Jorge Velho e os de Mafrense, bem como o mapa das sesmarias que a Casa da Torre e seus sócios solicitaram no sertão do Piauí), as pesquisas não identificaram descendentes dos pioneiros que tenham ficado em terras piauienses: nem de Mafrense, que era solteiro e deixou suas terras para os jesuítas; nem de Domingos Jorge Velho, que teria ficado no Piauí apenas alguns anos; nem dos Dias d'Ávila. Estes continuaram as viagens de desbravamento também pelo interior do Ceará e do Maranhão, deixando no Piauí o Arraial dos Ávila (no Gurguéia, hoje Jerumenha, ou redondezas) fundado por Miguel de Abreu Sepúlvida e mais tarde dirigido por Francisco Xavier de Brito, ambos procuradores da Casa da Torre<sup>13</sup>.

Considerando que as primeiras famílias piauienses foram aquelas formadas pelos descendentes dos pioneiros da ocupação aqui instalada, provavelmente essas famílias só passaram a se formar nos últimos anos do século XVII e início do século XVIII. Dentre as pesquisas sobre a família piauiense, a que identifica no tempo as pessoas e famílias que aqui se fixaram e iniciaram a formação das primeiras famílias piauienses, é a de Castelo Branco Filho<sup>14</sup>. Este identificou, no período de 1697 a 1768, alguns nomes portugueses que trouxeram seus familiares (ou que chegaram solteiros e aqui se casavam) e outros descendentes de portugueses já nascidos no Brasil que aqui se fixaram. São os grupos citados, que vieram:

- Para a região Sul: Oeiras – Manuel Francisco de Araújo Costa e Ana de Oliveira (1697); José Vieira de Carvalho e Maria Freire da Silva (1719); André Barros Reis e sua mulher (nome não identificado, em 1740); João Borges Marinho de Brito e Ana de Brito (1760); Antônio Pereira da Silva e Maria da Purificação (data ignorada);
- Para a região do extremo Sul: Parnaguá – José da Cunha Lustosa e Helena de Sousa (1735);
- Para a região Norte: Campo Maior – Dom Francisco da Cunha Castelo Branco e

três filhas (1700) e Manuel Carvalho de Almeida, oficial da conquista, Comissário Geral da Cavalaria, solteiro (1713);

- Para a região Norte: Litoral (Parnaíba) – Domingos Dias da Silva e Maria Gonçalves, mameluca gaúcha (1768); Antônio da Silva Henriques e sua mulher (de sobrenome desconhecido), em 1768; João Gomes do Rego Barros, pernambucano de origem lusa, Capitão-Mor da Parnaíba, solteiro (em 1710, aproximadamente).

O estudo de Franco<sup>15</sup> amplia o espaço de tempo e também a relação dos nomes que aqui chegaram como famílias pioneiras, localizando-os no período de 1690 a 1750:

- Para os vales dos rios Canindé e Gurguéia (região de Oeiras e Parnaíba): além dos portugueses citados por Castelo Branco Filho (op.cit.), vários filhos de Manuel Francisco de Araújo (Ouvidor Geral de Oeiras) e de José Vieira de Carvalho e ainda um padre chamado Aniceto.
- Para Jerumenha e Bertolândia – os Alves da Rocha; destacando que o português André Barros Reis foi preposto dos Ávila e que se ligou à família Cunha Lustosa;
- Para outras áreas piauiense - os Nogueira, os Freitas, os Almendra e os Gaioso.

Considerando o período entre 1750 e 1800 um segundo momento do povoamento, esse autor identifica outros nomes que vieram para o Piauí:

- Para a região de Oeiras: os Borges Leal e os Sousa Brito, os Pires Ferreira, os Sousa Martins, os Coelho Rodrigues, os Ferreira Carvalho, os Alves Pereira e os Gonçalves. Inclui também o português José Luís da Silva (de descendência materna Moura) que chegou em Oeiras em 1803, como primeiro médico a se fixar no Piauí.
- De origem espanhola são os Franco, os Lago, os Lacerda e os Aguiar. Estes, cita Franco (p.23): “depois de vir ao Piauí, se perderam pelo Brasil afora, num movimento freqüente de migração, na procura de ouro e esmeraldas ...”

Outros documentos certamente serão somados a esses já identificados nas pesquisas citadas, a partir da busca e da ampliação do conhecimento sobre a documentação do período colonial piauiense. A documentação localizada na presente pesquisa permite que acrescentemos a esses citados, o nome do português Leonardo de Moura Fé, que chegou ao Piauí ainda solteiro em 1755 e que aqui se casou com uma Borges Leal, da família do também

português Antônio Borges Marinho, pioneiro do povoamento da região centro-sul. Desta forma, Leonardo iniciou a formação de uma extensa rede familiar que ainda hoje mantém o nome desta linhagem no território piauiense, cujos ramos usam o Moura Fé ou simplesmente o Moura, associado ou não a outros sobrenomes, integrando, pois, o rol dos colonizadores que passaram a formar as primeiras famílias piauienses, em meados do século XVIII.

## **ASPECTOS DA POPULAÇÃO E DA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO**

O crescimento da população do Piauí, no seu primeiro século de existência, ocorreu de forma lenta e concentrada em pequenos núcleos populacionais nas sedes das fazendas, que mantinham grande distância uns dos outros. Nessas fazendas eram construídas capelas, que se tornavam o centro das reuniões religiosas e sociais, durante eventos como batizados, casamentos, festas juninas e dos padroeiros, entre outras. As populações eram atraídas também pelo pequeno comércio que aí se formava, iniciando assim a ampliação dos núcleos populacionais. Como essas fazendas e sítios se localizavam ao longo dos vales dos grandes rios e, como foi dito, bem distantes umas das outras, deixavam muitos vazios populacionais por todo o seu território, o que contribuía para a permanência, por longos tempos, dos costumes e valores culturais tipicamente rurais<sup>16</sup>.

O relatório do Pe. Miguel de Carvalho (1697) é considerado como o primeiro censo do Piauí porque detalha as condições das 129 fazendas percorridas, tendo encontrado uma população presente de 605 pessoas. Com a chegada do primeiro governador, mais de meio século depois de criada a Capitania, o Piauí continuava pouco habitado, pois contava apenas com 578 fazendas e uma população de 12.746 habitantes. Um século após a instalação do aparelho político-administrativo, em 1872, a sua população total era de 202.222 habitantes, numa área de 250.934 Km<sup>2</sup>. Com relação aos imigrantes (muitos se tornavam posseiros, sítiantes etc), Brandão destaca que tinham procedências diversas (fixando-se onde encontrassem trabalho), não constituindo correntes de povoamento, ao contrário dos sesmeiros, que tinham o documento de posse da terra e vinham atraídos pela política de povoamento. Como outros historiadores, ela também considera que na sua maior parte teriam vindo da zona nordestina açucareira em crise (quando as Antilhas entram no comércio internacional) e que, com isso, o sertão teria lucrado por acolher mão-de-obra qualificada e

livre, já que o negro não tinha mobilidade por sua condição de escravo.

É importante lembrar que esse povoamento se fez de forma descontínua no espaço territorial, ficando intensamente ocupados os vales dos grandes rios temporários da região semi-árida, na área das sesmarias de Mafrense e de seu irmão. Assim, as áreas de grandes vazios demográficos ainda hoje estão onde ocorre maior disponibilidade de água, o que poderia parecer paradoxal, no entanto, os aspectos histórico-culturais explicam porque os habitantes do semi-árido continuam em sua terra, a despeito das dificuldades enfrentadas, principalmente pela escassez de água durante os longos períodos sem chuvas.

Sobre a formação da sociedade, a literatura destaca alguns valores e costumes desses primeiros tempos, como, por exemplo, o comportamento de portugueses aqui radicados. Como havia poucas mulheres de descendência européia, os que “amaridavam-se com nativas, davam o nome ao filho natural, mandavam educá-lo no Reino (tendo alguns deles grande ascensão social no Piauí colonial), mas não casavam com a cunhã por preconceito racial”<sup>17</sup>.

Assim, nas primeiras décadas de sua existência, a população do Piauí era dividida entre fazendeiros, que recebiam a sesmaria e os posseiros, que pagavam ao sesmeiro para cultivar a terra, estabelecendo-se entre eles uma demorada e violenta luta pela posse da terra. Embora os posseiros tenham finalmente conseguido os títulos e também se tornando fazendeiros (a partir de intervenções do Rei de Portugal, que tentava regulamentar a situação através de vários Decretos, datados do século XVIII, já citados), esse tipo de ocupação fez gerar o grande latifúndio no Piauí. Também a falta de um eficiente sistema de arrecadação de impostos sobre a exportação do gado (e mais tarde sobre os produtos do extrativismo vegetal) fez gerar muita sonegação e contrabandos (geralmente impunes) que, somados às dificuldades político-administrativas dos governantes com relação às possibilidades econômicas da Capitania, fizeram com que, ao longo do tempo, permanecesse uma estratificação social rígida em duas classes extremas, sem a formação da classe intermediária (a classe média). Assim esta sociedade era composta por uma classe rica - a dos fazendeiros latifundiários, e uma classe pobre - a dos vaqueiros e demais agregados e sitiantes, correspondendo esta à grande maioria da população (conforme documentos da época, citados e analisados nas obras de vários historiadores piauienses).

O mapa em anexo (fig.3) mostra a primeira divisão político-administrativa do Piauí. Nele podemos observar a grande extensão da área que originalmente formava a freguesia de

Nossa Senhora da Vitória, então Vila da Mocha, que se tornou o primeiro município piauiense, mas que só passou a sediar a capital do Piauí, quando o processo de organização administrativa passou a ter autonomia, com a chegada do seu primeiro governador, João Pereira Caldas. Os demais espaços administrativos foram criados como vilas, tendo sido todos instalados em 1762. Desde então, a Capitania passou a se chamar São José do Piauí, tendo como sede administrativa a cidade de Oeiras, cujo nome é uma homenagem ao Marquês de Pombal, que era Conde de Oeiras (Portugal).

Nas tabelas a seguir, podemos observar e comparar alguns dados sobre a população presente em Oeiras e nas primeiras vilas da Capitania de São José do Piauí, nos seus primeiros anos de administração própria.

TABELA 01 - Capitania do Piauí  
Distribuição da População na Capital e nas Vilas, em 1762

Lugares	Nº de Habitantes	Área (Km <sup>2</sup> )	Nº de Fazendas
1. Oeiras	3.615	53.513	169
2. Parnaguá	902	49.526	55
3. Jerumenha	697	76.455	51
4. Campo Maior	1.867	28.022	86
5. Parnaíba	2.368	16.224	84
6. Marvão, hoje Castelo do PI	1.059	13.476	39
7. Valença	1.485	13.718	59
TOTAL	11.993	250.934	543

Fonte: Baptista, 1986

TABELA 02 - Capitania do Piauí  
Distribuição da População, segundo sua condição, em 1762

Localização	População presente			Condição da população	
	Urbana	Rural	TOTAL	Livre	Escrava
Oeiras	1.120	2.495	3.615	2066	1.549
Vilas da Capitania	598	7.780	8.378	5.283	3.095
TOTAL	1.718	10.275	11.993	7.349	4.644

Fonte: Baptista, 1986

Observando os dados das tabelas 01 e 02, podemos perceber que o município de Oeiras, nos primeiros dez anos como capital do Piauí concentrava aproximadamente um terço da população total da Capitania, tanto na áreas rural quanto na urbana. Observa-se também que nesse período os escravos correspondiam a cerca de dois terços da população livre, tanto na capital, como nas vilas (sedes e zonas rurais) do território piauiense.

TABELA 03 - Capitania do Piauí  
Distribuição da População por fogos, fazendas e sítios, segundo o sexo, em 1772

LUGARES	FOGOS (casas)	POPULAÇÃO			Nº de Fazendas	Nº de Sítios
		Homens	Mulheres	Total		
Município de Oeiras	1.002	3.202	2.490	5.692	182	103
Vilas da Capitania	3.034	10.669	8.522	19.191	579	352
TOTAL	4.036	13.871	11.012	24.883	761	455

Fonte: Baptista, 1986.

Com relação à ocupação das terras, a tabela 03 mostra que houve um significativo aumento do número de fazendas e da instalação de sítios durante os primeiros dez anos de

administração própria. No entanto, mesmo tendo dobrado a população total da Capitania, ainda continuava baixa a sua densidade demográfica, principalmente pelo fato de que a extensão das fazendas era grande, sendo sua atividade principal a pecuária extensiva, o que não demandava grande número de mão de obra. Podemos observar também que houve um significativo aumento relativo da população feminina, embora ainda em número inferior à presença masculina, principalmente ao considerarmos que, nos primeiros tempos de colonização do sertão nordestino, o caráter era mais de desbravamento do que de povoamento, quando os homens se aventuravam na caça e no extermínio do índio e na procura de minerais preciosos e as fazendas de gado representavam mais um símbolo de poder do que uma atividade econômica.

Sobre a composição étnica, as estimativas citadas na literatura consideram que a maioria da população era constituída de brancos, seguida de mulato, de mameluco e do negro, sendo mais difícil a identificação dos respectivos quantitativos para a presença nas últimas décadas do século XVIII. No entanto, a documentação mostra que por todo este século houve uma continuada perseguição aos índios, em grande parte apoiada pelos governos. As obras específicas sobre este tema detalham o processo conflituoso entre os brancos colonizadores e os indígenas nativos desse espaço, que terminou por extingui-lo totalmente do território piauiense.

A respeito do escravo, Falci<sup>18</sup> identifica que sua presença pode ser considerada ainda muito significativa no Piauí dos anos de 1826, quando representava uma proporção de 29,68% da população residente nessa Província (que nesta época tinha um total de 84.273 habitantes, cerca de sete vezes maior do que aquela população de 1762), sobretudo ao considerar que a economia local era baseada principalmente na pecuária extensiva, que não requeria grande número de mão-de-obra, como já falamos. Falci identificou também que, em 1826, o número de escravos por fazenda era de 10 a 20, sendo que 40,78% deles tinham idade entre 0 e 20 anos e que 46,78% do total dessa população escrava era do sexo feminino.

É interessante destacar que nesta pesquisa encontramos alguns livros de registro de batizados específicos para os filhos de escravos. Nesses registros comprovam-se, além do elevado número de uniões não oficializadas e de escravas mães solteiras (identificadas pelo registro de “filhos naturais”), outros costumes, como o de os escravos não possuírem sobrenomes; o de os padrinhos dos seus filhos serem os próprios senhores, parentes ou amigos



dos seus senhores; e o de que os brancos, ao unirem-se às mulheres sem linhagem descendente de europeus não oficializam o matrimônio, mas davam o seu sobrenome aos filhos. Ilustram essas afirmações o Livro de Batizados de Oeiras de 1791 a 1799 (sob guarda da Diocese de Oeiras/Floriano) destinado ao registro de batizados dos filhos de escravos e de “forros” (assim eram chamados os filhos dos alforriados). Este livro encontra-se bastante danificado, motivo pelo qual não fizemos um quantitativo de seu conteúdo. Também ilustram esta questão as referências a nomes de piauienses ilustres do passado, filhos dessa relação “natural”, citadas pela literatura. Em outros livros encontramos uma grande frequência de batizados de escravos juntamente com batizados de pessoas livres, como foi o caso do Livro de Batizados de Valença de 1809 a 1821 (sob guarda da Cúria Arquidiocesana de Teresina), que, embora seja uma amostra bem reduzida para o Piauí, podemos considerá-la satisfatória para avaliar nesta freguesia a presença escrava como significativa na população local da época, bem como a elevada presença de “filhos naturais”, nas primeiras décadas do século XIX, conforme podemos observar na tabela 04, a seguir:

TABELA 04

Batizados na Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Valença, de 1809 a 1821

Filhos legítimos de pessoas livres	999
Filhos naturais de pessoas livres	351
Filhos legítimos de pessoas escravas	28
Filhos naturais de pessoas escravas	155
Total de batizados	1.533

Fonte: Contagem direta no livro de Batizados do período. Arquidiocese de Teresina, 2005.

Nesse período colonial, a classe dominante, formada pelos fazendeiros, era constituída de brancos portugueses e de seus descendentes, principalmente de baianos e de pernambucanos. No entanto, como observa Franco (op. Cit, p.20-23), não é possível avaliar o tempo de preponderância portuguesa no Piauí, uma vez que os recenseamentos não mencionam os estrangeiros e existem poucas investigações sobre a genealogia das famílias em solo piauiense. Pode ser constatado, porém, “que as famílias que povoaram o Piauí, se

fixando a partir do desbravamento e conquista, criaram um patrimônio sólido, em terras e gado vacum (...) se mantendo como um feudo, numa economia primitiva, na qual a produção e a riqueza eram apenas de exportação do gado e compra de mercadorias nas capitâneas vizinhas, isso mediante a ação enérgica mais isolada dos chefes do clã familiar (...). Algumas dessas famílias, assim constituídas, criaram a mais sólida e duradoura oligarquia, até os nossos dias” (Idem).

Dentre outros estudos que analisam a estrutura de poder vinculado à família, no Nordeste brasileiro colonial, Dória<sup>19</sup> considera que essa estrutura reflete o modelo vigente em Portugal do século XVI, uma vez que, nessa região, também

*foram criadas alcadarias-mores à semelhança daquelas do senhorio português, uma peculiar simbiose de remanescentes feudais – os senhorios, as alcadarias, os morgados, as comendadorias (...), num aparelho de estado cada vez mais burocratizado que se cercava de empresas comerciais que controlavam o comércio exterior e algo da economia interna (...).A alcadaria-mor da Vila Velha na Bahia, concedida a Antônio Oliveira Carvalhal, em 1551, e a alcadaria-mor de Olinda que foi entregue aos Lucena, desde a fundação da cidade, meio cristãos-novos e meio fidalgos da velhíssima prosápia. Ficando vaga durante as guerras holandesas, esta passou para os Accioli de Moura em fins do séc. XVII, permanecendo com estes por um século (Dória, op. cit.,p.24-25).*

Estudando mais especificamente o Piauí, Brandão<sup>20</sup> aprofunda o conhecimento já iniciado por outros pesquisadores sobre as relações de poder no Nordeste brasileiro. Em sua pesquisa sobre a elite colonial piauiense, essa autora observa que, no nosso estado, a organização da sociedade comporta uma maior complexidade na sua estrutura de relações familiares *versus* político-social. Considerando os estudos de Gilberto Freire e de Aguiar Costa Pinto sobre a formação da família brasileira (que tomaram como referência a região Nordeste açucareira), Brandão fundamenta sua tese, principalmente, no fato de que no período da sua organização, no Piauí já existiam várias categorias sociais (escravos, agregados, sitiantes, vaqueiros, fazendeiros, burocratas e militares) e a família patriarcal desempenhava papel de destaque, em função da estrutura de produção escravista associada à grande propriedade fundiária (...) sendo, pois, a formação das famílias da elite piauiense baseada na escravidão, na prepotência senhorial e em tradições culturais européias.

## A REDE FAMILIAR DOS MOURA FÉ NO PIAUÍ

O levantamento da descendência de Leonardo de Moura Fé e de Maria Borges Leal no território piauiense, apesar de apresentar lacunas e falhas, certamente, possibilitou reconstituir grande parte de sua árvore genealógica, atualmente na décima primeira geração.

Leonardo de Moura Fé, português nascido na primeira metade do século XVIII (em região ainda não identificada), chegou ao Piauí, no ano de 1755. Ao se casar com uma filha de Félix Borges Leal, instalou-se definitivamente no território piauiense e com ela passou a formar o casal-tronco que iniciou a rede familiar dos Moura Fé no Piauí, a partir da segunda metade do século XVIII, há 250 anos.

Maria Borges Leal, ao se casar com Leonardo, manteve o “sangue português e o prestígio da família”, como era costume da época entre os primeiros colonizadores, pois o “fazendeiro exigia nobreza ou ancestral ilustre para conceder a sua filha em casamento” (Castelo Branco Filho, op.cit, p.12).

O único filho de Leonardo Moura Fé e Maria Borges Leal que permaneceu na memória da família foi Maximiano de Moura Fé, possivelmente por ser ele o ancestral direto do ramo dos Moura Fé que se instalou em Simplício Mendes-PI e do qual descende Manoel Mendes de Oliveira (1891-1979), principal depoente da história oral, sobre os primeiros dados genealógicos. Foram localizados alguns registros de batizados que identificam outros filhos desse casal e, embora não se tenha encontrado nenhuma referência documental sobre Maximiano (possíveis de serem localizados em livros de batismos datados do início da década de 1760), ele é considerado como o primeiro filho, uma vez que praticamente todos os demais dados da memória da família foram confirmados.

Nesta pesquisa conseguiu-se identificar oito filhos de Leonardo e Maria, citados a seguir, e mais um total de 4.860 descendentes do casal-tronco.

1º filho - Maximiano de Moura Fé, nasceu no final da década de 1750 e se casou com Anna Moraes Rego, de uma família de Oeiras. Considerando que Leonardo teria chegado ao Piauí em 1755, bem como as datas dos documentos relativos aos seus descendentes das primeiras gerações, Maximiano provavelmente teria sido o primeiro (ou um dos

primeiros) filho de Leonardo e Maria. Partimos desta dedução porque, apesar de não termos localizado nenhum documento que fizesse alguma citação sobre Maximiano (certamente por não termos manuseado livros de batizados anteriores a 1765, nem encontrado atas de qualificação de eleitores anteriores à década de 1840), praticamente todas as demais informações das fontes orais foram confirmadas em documentação escrita. Assim, passaremos a considerar também que Valério de Moura Fé tenha sido filho de Maximiano, conforme cita a memória da família, pois a idade dos seus filhos localizados é compatível com essa possibilidade, tendo como base a média de 20 a 25 anos para cada geração. Foi identificado apenas um filho desse casal e um total de 3.154 descendentes, cujas primeiras gerações permaneceram na região de Picos-Pi e mantêm até hoje o sobrenome Moura Fé.

- 2º filho - Leandro de Moura Fé, nasceu aproximadamente em 1768 e se casou com Jacinta de Moraes Rego, ambos identificados pelos dados de filiação e pela memória da família. Ele é citado também nas atas de qualificação de eleitores e no recenseamento de posses de terras de 1856, como proprietário de terras na fazenda Curralinho (área do atual município de Picos). Foram identificados nove filhos e um total de 1.394 descendentes. Dois de seus netos casaram-se com pessoas de famílias da região valenciana, conservando grande parte das fazendas e o sobrenome José de Moura, predominantemente, para os descendentes do sexo masculino.
- 3º filho - Bárbara de Moura Fé, nasceu em 28.05.1767. Batizou-se no sítio Buraco e foram seus padrinhos Victor de Barros Rocha e sua mulher Ana Maria, moradores na Fazenda da Loba<sup>21</sup>. Casou-se com Joaquim Pereira Ibiapina e foram identificados um filho e 52 de seus descendentes. Muitos descendentes desse ramo familiar residem em Picos-PI, e conservam o sobrenome Moura Ibiapina.
- 4º filho - Leonor de Moura Fé, nasceu em 03.05.1770. Batizou-se em 03.06.1770, na Fazenda Engenho do Buraco, à época freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Oeiras-PI) e hoje município de Bocaina-PI. Foi seu padrinho João Barbosa de Carvalho, solteiro, filho do Sargento-Mor João Barbosa de Carvalho, viúvo e morador deste lugar<sup>22</sup>. Cônjuge e filhos não identificados.
- 5º filho - Francisco de Moura Fé, nasceu em 30.09.1772. Batizou-se na Fazenda Engenho do Buraco da Ribeira das Guaribas e foi seu padrinho: Antônio Borges Marinho, pioneiro do

povoamento do lugar, morador e proprietário da fazenda Bocaina, hoje município de mesmo nome<sup>23</sup>. Casou-se com Maria Angélica da Conceição. Deste ramo familiar foram identificados 4 filhos e um total de 77 descendentes.

6º filho - Manoel de Moura Fé, nasceu em 1774, aproximadamente. Identificado juntamente com sua mulher, Luiza Maria do Espírito Santo, como padrinhos de Narciso, filho de Manoel Borges Leal e Anna Macedo, batizado em 05/11/1797, na Fazenda Buraco, Data Ribeira das Guaribas (Livro de Batizados, fl.30). Em segundas núpcias teria se casado com Raimunda Pereira de Brito, descendente de Raimundo de Sousa Brito. Foram identificados 3 filhos e um total de 161 descendentes desse ramo familiar.

7º filho - José de Moura Fé, nasceu aproximadamente em 1776. Identificado juntamente com sua mulher Maria Joanna (...) nos dados de filiação. Foram identificados 3 filhos e apenas 6 de seus descendentes.

8º filho - Joanna de Moura Fé, nasceu aproximadamente em 1780. Identificada, juntamente com seu esposo Manoel Mendes, nos registros de filiação. Foram identificados 4 filhos e um total de 15 descendentes desse ramo familiar.

Destacou-se, na pesquisa, como característica marcante dessa rede familiar, a longevidade de seus componentes, constatada com frequência desde as primeiras gerações, além do grande número de pessoas, fatos que podem ser observados na foto 02.

Tendo por base a obra de Brandão (op.cit.) e as observações documentais e orais realizadas durante o desenvolvimento deste trabalho, identificaram-se nítidos traços de similaridade entre as famílias da elite colonial da sociedade piauiense (aquelas que guardam grande visibilidade político-social), e esta grande família ora estudada. Os aspectos similares correspondem à forte presença de costumes da época, especificamente com relação ao comportamento da parentela dos “senhores” proprietários de terras e de escravos, demonstrando igualmente o peso das relações familiares no clã e na sociedade em formação.

Com relação à rede familiar dos Moura Fé, pode-se afirmar que, mesmo que todos os seus mais antigos formadores não tenham assumido destacadas funções de comando do poder político-social em nível estadual, o casal tronco dessa família foi formado por um português que veio ao Piauí para exercer uma função pública (que na época significava ter prestígio) e por uma mulher descendente de um português pioneiro da ocupação piauiense, senhor de muitas terras, gado e escravos. A documentação identificada também indica que muitos

membros, desde as primeiras gerações, tiveram ativa participação na vida político-administrativa em nível municipal, uma vez que vários deles, em todas as gerações, ocuparam continuamente cargos e funções públicos, como de Juiz de Paz, de Delegado, de Membros de Juntas e de Conselhos Municipais, de Prefeito, de Vice-Prefeito, de Vereador, em maior escala, e de Deputados Estadual e Federal, em menor número e a partir do século XX. Outras evidências (como o registro de posses de terras, de batizados e listas de emancipação de escravos e seus senhores) indicam ainda que as primeiras gerações desta rede familiar Moura Fé detinham expressivo patrimônio, o que, sobretudo naquela época, significava ter poder. Também identificou-se que, desde as primeiras gerações desta rede familiar, era habitual o casamento entre parentes próximos (entre primos, entre viúvo e sua cunhada, e entre tios e sobrinhas), sendo também freqüente o que se chama de “casamentos em série” para indicar as uniões entre vários filhos de um mesmo casal desta família e os filhos de um outro casal de posses semelhantes. Constatou-se, também, a partir de depoimentos de membros “mais antigos” dessa família e de registros de batizados e casamentos dos séculos passados, que esta família também se utilizou, muitas vezes de elementos comuns no direcionamento da rede familiar (identificados até a década de 1970), semelhantemente aos comportamentos registrados por Brandão (op.cit.) para as famílias da elite colonial, como o sistema de parentesco bilinear, o processo de escolha dos cônjugues e os casamentos consangüíneos, quando determinava (ou favorecia) quem pertenceria ao grupo de parentesco. O exemplo de maior destaque é ilustrado na foto 03.

Pode-se dizer, portanto, que também na família Moura Fé, os filhos do casal-tronco e de muitas gerações posteriores foram ampliando e diversificando os seus sobrenomes de forma moderada (e até certo ponto controlada), fazendo manter e até predominar em todas as gerações o registro do sobrenome Moura Fé ou somente Moura, até os dias atuais. Os casamentos principalmente das mulheres eram escolhidos por seus pais e avós (foram citados em entrevistas casos em que a noiva conheceu o noivo somente no dia do casamento), freqüentemente entre descendentes da própria família (aparecendo não raras vezes, problemas de consangüinidade em alguns descendentes, até em gerações do século XX) e entre famílias de suas relações e de posses semelhantes. Esse costume se justificava, segundo os depoimentos citados, pela tentativa de “não misturar o sangue” ou de “não dividir com estranhos as terras da família”. Esse costume está no bojo das representações sociais,

destacada na tese de Brandão sobre as famílias da elite colonial, quando afirma que:

*esse conjunto de parentes, membros de várias famílias, constituíram a rede familiar (ou grupo de parentesco extenso) cujos vínculos parentais foram estreitados pelos casamentos entre parentes afins e entre consangüíneos (...) conseguiu manter um caráter duradouro desses grupos de parentesco como resultado (...) provavelmente, do fato de serem constituídos com base nas famílias e não em torno de uma pessoa ou de um grupo de personalidade (Brandão, op.cit.,p.280).*

Diante de todas as evidências citadas, esta tese pode ser aplicada também à rede familiar dos Moura Fé no Piauí, ampliando-se a relação de sobrenomes constantes da pesquisa de Brandão e das demais já realizadas sobre as famílias formadoras da sociedade piauiense.

Ao buscar o contexto de alguns aspectos da origem e da vida dos lugares em que viveram os Moura Fé, nos primeiros tempos da formação de sua rede familiar, identificaram-se também fragmentos do processo histórico da formação dos municípios piauienses. Espera-se que esse estudo possa contribuir para maior conhecimento da historiografia piauiense, uma vez que muitos dados foram literalmente *garimpados* no local onde estão guardados à espera de catalogação específica por pacientes pesquisadores. Análises mais detalhadas em trabalhos futuros, a partir dos documentos localizados nesta pesquisa, poderão certamente ampliar o conhecimento sobre as famílias e os municípios piauienses.

## NOTAS

Publicado originalmente como: LIMA, I. M. M.F. ; NUNES, M. C. S. A. ; AUTORES, V. . A Família Moura Fé no Piauí. In: ARAÚJO, M. B.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). **Gente de Longe**. 1ª.ed.Teresina (PI): Halley, 2006, v. 01, p. 63-111.

1 –LIMA, Iracilde M.M Fé. De Moura aos Moura Fé: resgate de uma trajetória. Teresina-PI: Gráfica Expansão, 2005.

2 – Disponível em <http://www.cm-moura.pt/história/>. Acesso em 15.10.2001.

3 - O estabelecimento oficial da Inquisição é atribuído ao Tratado de Paris (1229), assinado sob o papado de Gregório IX, quando a Igreja Católica sentiu a redução de seu poder, principalmente pela ampliação de adeptos a outras religiões e seitas. Esse tratado determinava que toda Paróquia deveria possuir uma comissão integrada de padres e leigos reputados que se encarregaria de procurar e denunciar os hereges ao Arcebispo e ao poder local, porém foi se transformando, gradativamente, em tribunal mais político do que religioso ampliando as perseguições também à bruxaria, aos assassinos, à sodomia e poligamia e a outros atos considerados crimes. As sentenças eram proferidas em autos-de-fé (palanques públicos) quando os réus, sem oportunidades concretas de defesa, recebiam penas como a morte em fogueira, o confisco de bens, a prisão ou a deportação. Todos os países da Europa possuíam esses tribunais, porém foi na Espanha que ele acumulou mais poderes por ligar-se diretamente ao Estado. Este fato é explicado por razões históricas, principalmente pelo longo processo de reconquista desse território que estivera sob domínio dos mouros, bem como pela presença de judeus, povo este acusado de praticar criminosos rituais religiosos. Essas perseguições levaram os judeus à conversão em massa ao catolicismo, passando a serem chamados de “cristãos-novos”. Mas foi no papado de Xisto IV, em 1478, que se intensificou a perseguição aos cristãos-novos, iniciando sua fuga principalmente para Portugal e Itália. Em Portugal a Inquisição foi instituída pela bula papal de 1536, se estendendo mais tarde para as colônias portuguesas, por julgar que praticavam crimes de heresia os adeptos do judaísmo, luteranismo, maometanismo (onde se incluem os remanescentes dos mouros) e também de feitiçarias, bigamia, pederastia, etc. Aos réus eram destinadas penas de morte, confisco de bens ou deportação para o Brasil, Angola ou cidades distantes. Na Torre do Tombo, em Lisboa, encontram-se 36.000 processos que documentam esse período. No Brasil, o Tribunal de Inquisição não era autônomo, dependendo diretamente do Santo Ofício Português. O 1º auto-de-fé brasileiro realizou-se na Bahia em 1591, quando foram feitas 121 confissões arrancadas sob violenta tortura, seguindo-se novas perseguições durante o século XVIII. Oficialmente o Santo Ofício existiu até 1965, quando o Papa Paulo VI o transformou numa Congregação para a Doutrina da Fé, com poderes apenas espirituais, dando-lhe a atribuição de



catalogar livros que contenham mensagens perniciosas para os cristãos (Enciclopédia Abril, p.2564 a 2567).

4- Félix Borges Leal é identificado como “um abastado fazendeiro radicado na data Currealinho, às margens do rio Guaribas, célula geradora do futuro município de Picos, sendo um pioneiro do seu povoamento” (Gonçalves, W.Carvalho. Dicionário Histórico-Biográfico-Biográfico Piauiense. Teresina: Gráfica e Ed.Júnior, 1993, p. 140). Pessoas da região informam que ele teria chegado a essa região com o tio Antônio Borges Marinho, que foi um dos pioneiros do seu povoamento.

5– MATOS, J. Miguel de. Família Moura Fé. Teresina-PI:COMEPI, 1989.

6 – Fontes:

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória Cronológica, Histórica e Geográfica da Província do Piauí. Rio de Janeiro, 15/05/1855. 2ª parte do livro de Índices de Sesmarias. Cópia no Arquivo Público do Piauí, em Teresina-PI.
- Pereira da Costa.Cronologia Histórica do PI, vol. 1, 1974, p.64-74.
- Correspondência dos Governadores do Pará com a Metrópole. Belém, Arquivo Público do Pará. Primeira Série de 1752 a 1757. Ofícios do Governador e Capitão Geral do Gram-Pará, Maranhão e Rio Negro, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Comendador de Santa Marinha de Mata Lobos e da Ordem de Cristo e Capitão Real da Marinha, p. 60. Doc. nº 138, ofício Pará de 10.09.1754: “Desavieram-se o Ouvidor da Villa da Moucha e o administrador (o superior dos Jesuítas) das fazendas dos padres da Companhia, na Capitania do Piauhy... é preciso reprimir prontamente essa desordem” e de 1759, o doc. nº 485, p. 348: “sobre o erro que tinham feito os avaliadores das fazendas do Piauhy”.
- Considerar que, com a criação do Estado de Grão-Pará e Maranhão, em 1621, este passou a administrar as terras piauienses até a posse do 1º governador do Piauí, embora o governador de Pernambuco continuasse a ter poderes sobre parte desse espaço. Como a área do sertão nordestino era pouco conhecida dos colonizadores, e a sua ocupação se intensificou a partir das concessões de sesmarias pelo governo pernambucano, foram sendo gerados vários conflitos pela posse e uso das terras, entre governadores, fazendeiros e posseiros. Considerar também que o governo maranhense disputava desde os primeiros anos do século XVIII a “administração de fato” desse espaço, inclusive tentando anular as primeiras grandes sesmarias concedidas aos fazendeiros pioneiros da região centro e sul do Piauí, concedidas

pelos governos de Pernambuco e da Bahia. “Essa interferência e balbúrdia administrativa naqueles sertões nos é demonstrada nas várias ordens e ofícios emanados dos governantes e nos inúmeros requerimentos dos moradores dirigidos ora a Pernambuco, ora a Bahia, ora ao Maranhão” (Catálogo de Verbetes Projeto Resgate, p.334).

- Observar também que o 1º governador do Piauí, João Pereira Caldas só chegou à Capitania do Piauí, em 1759, portanto 40 anos após a sua criação, e que nesse período já estava em vigor o tamanho máximo de cada sesmaria a ser concedida: de 3 x 1 léguas de área. Considerar, ainda, o interesse de Portugal em conservar a unidade das Capitanias do Norte, para seu melhor controle; e que nesse período o Brasil estava dividido em dois Estados: o do Maranhão e o do Brasil. As Capitanias do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Rio Negro formavam o Estado do Maranhão, estando a sede desse governo em Belém, enquanto Salvador era a Capital do Estado do Brasil.

- Ver ainda cópias de documentos (Projeto Resgate Brasil 500 anos, no Arquivo Público do Piauí) - Provisão do Rei D. José, ordenando a confirmação de sesmarias apenas àqueles que estivessem cultivando as terras, evitando-se os padecimentos dos moradores do PI, quando das contendas e litígios que lhes moveram os sesmeiros possuidores de um excessivo número de sesmarias. Data: Lisboa, 20.10.1753. AHU-Piauí, cx.4, doc.16.AHU-ACL-CU-018,cx.5, D.321; e Provisão do Rei D. José (cópia), ao Governador e Capitão-General do Maranhão (Gonçalo Pereira Lobato de Sousa), sobre as demarcações das sesmarias no sertão da Parnaíba, só poderem ser feitas pelos ouvidores. Data: Lisboa, 20.março,1755. AHU-Maranhão, n.v.947. AHU ACL-CU-018, cx.5, D.343.

7 - As primeiras escolas públicas no Piauí foram criadas apenas na Capital e em algumas Vilas, já no século XIX. Em 1818 foi criada a Cadeira de Latim de Oeiras e José Lobo Frões foi nomeado o seu primeiro professor. Até então não havia nenhuma aula de instrução pública em toda a Província. A Portaria de 15.06.1829 deu cumprimento a Lei de 1827 criando duas escolas em Oeiras e uma nos lugares: Jaicós, São Gonçalo, Poty, Campo maior, Barras, Jeromenha, e Parnaguá e, em 18 de julho, em Piracuruca, Parnaíba, Marvão e Piranhas. No entanto, em 1832, em todo o Piauí, somente cinco cadeiras se achavam providas: 2 em Oeiras, e uma nas Vilas de Valença, Campo Maior e Parnayba. (cf. Imprensa Oficial. Ligeira Notícia sobre o Ensino Público do Estado do Piauí. Teresina, 1936). Uma cadeira de instrução primária para meninas foi instalada pela Lei n.209 e Resolução de 14.09.1846 na Villa das

Barras e em 1847 nas Vilas de Marvão (hoje Castelo do Piauí) e do Príncipe Imperial (hoje Crateús, no Ceará) – In: Código de Leis Piauienses, tomo 7, Oeiras, Typografia Provincial, 1846. A Resolução nº 11 da Assembléia Provincial Legislativa do Piauí, de 08.05.1880, no seu Art. 1º, determina a elevação ao 2º grau as cadeiras do Ensino Primário aos sexos masculino e feminino da Villa dos Picos.

8 - Pe. Chaves. Obra completa. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves.

9 – ABREU, Capistrano. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 4ª. ed., 1975.

10 – MELO, Pe. Cláudio. Os Primórdios de nossa História. Teresina: Edição do Autor, 1983.

11 - BORGES, Geraldo. Fazendas Estaduais. Teresina: Cadernos CEPRO, 1985 e MOURA, José Mendes. Simplício Mendes: história e notáveis. Edição do Autor, 2001.

12 – QUEIROZ, Teresinha M. A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí. Teresina: UFPI/ APL, 1994 e MENDES, Felipe. Economia do Piauí. In: Santana, Raimundo N.M. (org). Piauí . Teresina: FUNDAPI, 1995.

13 - BASTOS, Cláudio A. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Mons.Chaves-PMT, 1994.

14 - CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. O povoamento do Piauí. Teresina: COMEI: 1982.

15 - FRANCO, J. Patrício. Capítulos da História do Piauí . Teresina: COMPEPI, 1983.

16 - LIMA, Iracilde M.Fé, Emília Rebelo e Cecília Nunes. Piauí: tempo e espaço. São Paulo:FTD, 1995 .

17 - CASTELO BRANCO Fº, Moysés. A família rural no Piauí. Rio de Janeiro, 1983, p.12.

18 –FALCI, Myridan B.K. Escravos do Sertão: demografia, trabalho e relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Mons.Chaves 1995.

19 – DÓRIA, Francisco Antônio et al. Os herdeiros do Poder. 2ª ed., Rio de Janeiro: Revan Ltda, 1994, 1995.

20 – BRANDÃO, Tânia M.P. A elite colonial piauiense – família e poder. Teresina: Fund.Cultural Mons.Chaves, 1995.

21 - Livro de Batizado sem número, da freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras, de 1767 a 1775, fl. 08. Ass. Vigrº Dionísio José de Aguiar.

22 - Livro de Batismo da fraguesia de Nossa Senhora da Victória, nº 2, de 1765 a 1775, p.

100, ass. Pe.Manoel Nunes Teixeira, em desobriga.

23 - Livro de Batismo de 1767 a 1775, p. 137, ass. Vigrº Dionísio José de Aguiar.

## ANEXOS

Publicado originalmente como: LIMA, I. M. M.F. ; NUNES, M. C. S. A. ; AUTORES, V. . A Família Moura Fé no Piauí. In: ARAÚJO, M. B.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). **Gente de Longe**. 1ª.ed.Teresina (PI): Halley, 2006, v. 01, p. 63-111.

Fig.1 - Título eleitoral localizado entre os documentos de Lourenço de Moura Fé, mostra que sua irmã participou por duas vezes como eleitora dos pleitos da década de 1930, quando pela primeira vez no Brasil a mulher pôde votar.

Fig. 2 – Fotos de José de Moura Fé, conhecido por Dr.Deca (1889-1978) e sua esposa Cristina Madeira. Ele descendente do primeiro filho de Leonardo Moura Fé e Maria Borges Leal. Formou-se em Farmácia em Salvador-BA (1915). Fotos de 1915, pertencente ao acervo da família. Fotógrafo desconhecido.



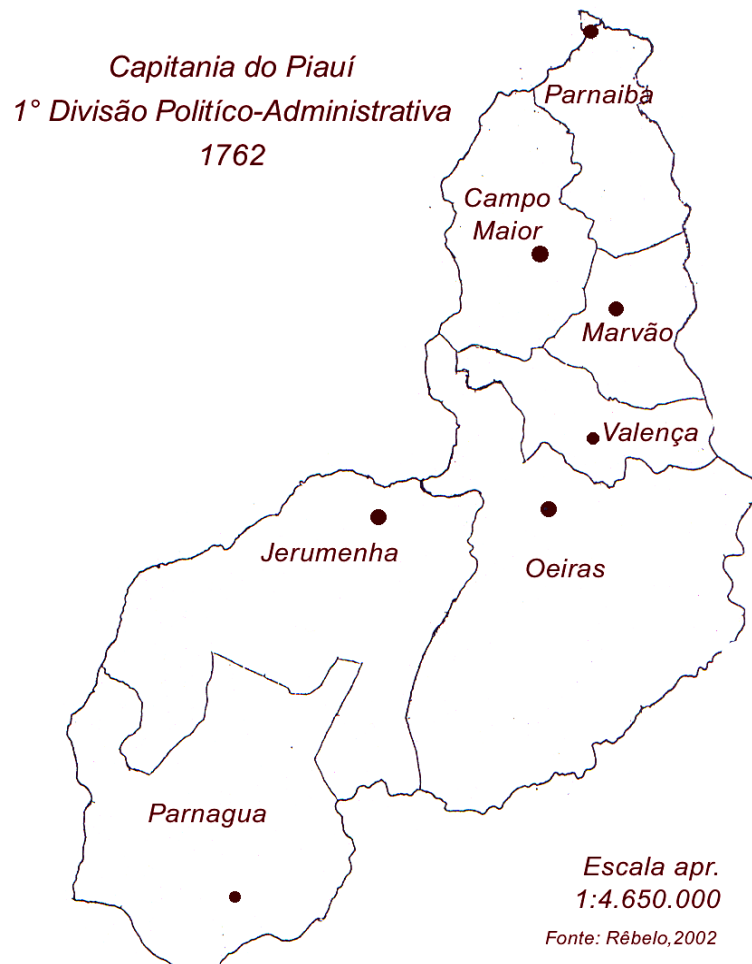
Fig.04 - Espada feita em bronze e prata, utilizada pelos brasileiros na guerra do Paraguai (1864-70). No detalhe observa-se a inscrição PII, representando o imperador do Brasil, D.Pedro II. Esta espada

Publicado originalmente como: LIMA, I. M. M.F. ; NUNES, M. C. S. A. ; AUTORES, V. . A Família Moura Fé no Piauí. In: ARAÚJO, M. B.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). **Gente de Longe**. 1ª.ed.Teresina (PI): Halley, 2006, v. 01, p. 63-111.

pertenceu ao combatente Bonifácio José de Moura (descendente do 2º filho de Leonardo Moura Fé e Maria Borges Leal). Atualmente encontra-se sob a guarda de seu neto Raimundo Alves de Assunção Moura. Fotos de Adriana Ferreira Moura, 2004.



Fig. 03 – Esboço da Capitania do Piauí Primeira Divisão Político-Administrativa – 1762



Publicado originalmente como: LIMA, I. M. M.F. ; NUNES, M. C. S. A. ; AUTORES, V. . A Família Moura Fé no Piauí. In: ARAÚJO, M. B.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). **Gente de Longe**. 1ª.ed.Teresina (PI): Halley, 2006, v. 01, p. 63-111.



Foto 02 - Antônio de Moura Fé (1862-1965) e Josepha Maria de Moura (1867-1965) com seus descendentes, comemorando as “bodas de diamante” (60 anos de casamento) em Simplicio Mendes-PI, em 1945. Ele descendente do 1º filho e ela do 2º filho de Leonardo de Moura Fé e Maria Borges Leal. (Foto do acervo da família, fotógrafo desconhecido).



Foto 03 - Cinco dos sete irmãos da família Moura Fé (descendentes do 1º filho de Leonardo e Maria) que se casaram com sete irmãos da família Martúrios, no final de século XIX, na Data Sussuapara-Piauí, hoje município de mesmo nome. (Foto do acervo da família, década de 1950, fotógrafo desconhecido).



Publicado originalmente como: LIMA, I. M. M.F. ; NUNES, M. C. S. A. ; AUTORES, V. . A Família Moura Fé no Piauí. In: ARAÚJO, M. B.; EUGÊNIO, J. K. (Org.). **Gente de Longe**. 1ª.ed.Teresina (PI): Halley, 2006, v. 01, p. 63-111.